

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL  
- PLAGEDER**

**NILMAR MILANI ZANELLA**

**O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO E O DESENVOLVIMENTO RURAL: O  
CASO DA CRESOL CONSTANTINA**

**Constantina**

**2011**

**NILMAR MILANI ZANELLA**

**O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO E O DESENVOLVIMENTO RURAL: O  
CASO DA CRESOL CONSTANTINA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural .

Orientador: Prof. Dr. Carlos A. Mielitz Neto

Coorientador: Tutor Chaiane Leal Agne

**Constantina**

**2011**

**NILMAR MILANI ZANELLA**

**O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO E O DESENVOLVIMENTO RURAL: O  
CASO DA CRESOL CONSTANTINA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural .

Aprovado em: Constantina, 09 de maio de 2011.

---

Prof. Dr. Carlos Adalberto Mielitz Neto - Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. Leonardo Xavier  
UFRGS

---

Doutoranda em Desenvolvimento Rural Chaiane Leal Agne  
UFRGS

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, em primeiro a minha família, pelo apoio e incentivo. Meu filho João Victor, minha esposa Eucleia e meus pais Etelvino e Helena e minhas irmãs Adriana e Gláucia.

Aos tutores presenciais Alcione e Elisandra e a distância Chaiane que estiveram sempre prontos para esclarecerem quaisquer dúvidas.

A coordenação do pólo da UAB e a URGs que juntos não mediram esforços para que o curso tivesse êxito em especial a coordenadora, professora Mirialena Santin e coordenador professor Lovoar Miguel

Ao tutora orientadora Chaiane Leal Agne, que esteve sempre presente e prestativa no decorrer do trabalho auxiliando e esclarecendo dúvidas no decorrer do estudo.

Ao meu orientador Dr. Carlos Adalberto Mielitz Neto, que além de ter um conhecimento enorme nesta área sempre esteve pronto para esclarecimentos.

Direção da CRESOL Constantina, que através do presidente Claudinei Tomazelli, do Gerente Evandro Coletti e Funcionário Lucas Campos, que nunca mediram esforços para colaborar com o estudo.

E finalizando os agradecimentos não poderia deixar de agradecer a Deus por ter me proporcionando chegar ao fim do curso.

## RESUMO

O cooperativismo de crédito está relacionado às novas temáticas referentes ao Desenvolvimento Rural, no Brasil. Ao sistematizar estes segmentos se percebe as influências geradas por esta relação, pois o acesso ao crédito tem aumentado nos últimos tempos, consequentemente com a atuação das cooperativas de crédito. Este trabalho tem como objetivo identificar a evolução de valores no acesso ao crédito da Cooperativa Cresol de Constantina/RS. Foi utilizado o método qualitativo, para a coleta de dados e análise dos resultados. A metodologia qualitativa objetiva traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social, explorando o ambiente de origem dos dados. Os resultados demonstraram que: desde a sua origem em 1998, a Cresol Constantina tem evoluído no que se refere ao capital social, principalmente nos últimos três anos, sendo este bem estratificado por idade e representando percentualmente 75% dos sócios no meio rural e 25 % no meio urbano. Também, possui uma ampla área de abrangência, com abertura de novas agências, ampliando o atendimento. Assim obteve um aumento gradual no acesso aos créditos de custeio (quase triplicando quando comparado a 2007) e investimento. A agência de Constantina possui os maiores montantes de capital por agência, de sócios, de depósitos, de repasses de investimento e custeio entre outros, comparado com outras unidades. Com base nos resultados deste trabalho, pode-se concluir que a Cresol Constantina é um instrumento pertinente de acesso ao crédito na região para os agricultores. Este acesso permite simplificar os procedimentos para o produtor rural, que possivelmente investe na propriedade para fortalecer a agricultura de caráter familiar.

**Palavras-chave:** acesso ao crédito. cooperativismo. desenvolvimento rural. política pública

## **ABSTRACT**

This study aims at assessing the cooperative credit and development rural: the case of Cresol Constantina. The cooperative credit is related to new subjects relating to Rural Development in Brazil. To systematize these segments can be seen the influence generated by this relationship, since access to credit has increased in times recent, therefore, the performance of credit unions. This work has aimed to identify the evolution of values in access to credit of the Cresol Constantina / RS Cooperative. For both the use of qualitative methods in data collection aims to translate and express the meaning of social phenomena in the world, exploring the source environment data. The main results since its inception in 1998; the Cresol Constantina has evolution of the share capital of the cooperative, especially in the last three years, which is well stratified by age and percentage representing 75% of members in rural areas and 25% in the middle urban. Also, has a wide coverage area, with opening of new branches, expanding the service. Therefore, we obtained a gradual increase in the cost of access to credit (almost tripled compared to 2007) and investment. The agency of Constantina has the largest amount of capital per branch, membership, deposits, transfers of investment and funding among others, compared with other units. In this regard, and based on the observed results, one realizes the importance of proper Cresol Constantina as an instrument of access to credit in the region by simplifying and easing the procedures for the farmer, who may have invested in property to strengthen the family character of agriculture.

**Key words:** access to credit. cooperative. rural development. public policy

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>07</b>
1.1 JUSTIFICATIVA .....	08
1.2 OBJETIVOS.....	09
<b>1.2.1 Geral.....</b>	<b>09</b>
<b>1.2.2 Específicos.....</b>	<b>09</b>
<b>2 METODOLOGIA .....</b>	<b>10</b>
<b>3 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO .....</b>	<b>12</b>
3.1 DESENVOLVIMENTO RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS .....	12
3.2 O COOPERATIVISMO E AS COOPERATIVAS DE CRÉDITO .....	17
3.2.1 Breve relato sobre o Sistema Cresol Central SC/RS .....	21
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>22</b>
4.1 DOSE ANOS DE CRESOL CONSTANTINA .....	22
4.2 QUADRO SOCIAL DA CRESOL CONSTANTINA .....	25
4.3 ATIVIDADES/AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA CRESOL CONSTANTINA .....	28
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>33</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>34</b>
<b>Apêndice .....</b>	<b>37</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O cooperativismo surge através de inúmeras formas de cooperação experimentadas pelo homem desde a antiguidade. A primeira cooperativa de crédito tem origem em 1847 na Alemanha, três anos após a primeira cooperativa de consumo, que data historicamente como o marco do cooperativismo moderno. O cooperativismo de crédito tem se destacado no sistema financeiro atual por oportunizar acesso ao crédito por parte da população que até então estava desassistida.

Por ser apenas uma das importantes ferramentas que podem ser utilizadas na distribuição das políticas públicas, o acesso ao crédito tem se mostrado eficiente, no fomento ao desenvolvimento rural, sobretudo, na incorporação dessas políticas voltadas ao crescimento econômico da população. O crédito, portanto compreende apenas um aspecto para o desenvolvimento, o econômico. Tampouco, para a agricultura familiar, a sustentação da renda torna-se uma das principais questões a serem resolvidas a fim de garantir um ambiente que contemple as dimensões econômicas, culturais e sociais. Assim, através do cooperativismo de crédito tem-se a oportunidade de possibilitar o desenvolvimento a estes agricultores, abrangendo tais aspectos.

Constituído através de uma sociedade de pessoas organizada diferentemente de uma sociedade de capital, onde, os associados participam com uma parcela de capital, o cooperativismo de crédito é baseado por *princípios rochdaleanos* norteadores. Isto significa que é caracterizado pelos sócios terem o mesmo direito de participar das decisões com poder de voto, havendo um comprometimento com as propostas que promovam o crescimento e o bem estar de todos.

Contextualizando estes princípios, relacionado com o papel do Estado, resulta-se em ações de políticas públicas, onde se cita como exemplo o Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (PRONAF). Criado em 1995, mas se modernizando a cada ano e sempre com mais recursos e assistência técnica, tanto as cooperativas de crédito como as agropecuárias, tem incentivado acesso ao crédito a fim de beneficiar os setores produtivos, através deste programa do Governo e assim garantir que os recursos cheguem até o produtor rural. A CRESOL tem sido importante ferramenta no repasse de crédito agrícola, e fomento à agricultura familiar, principalmente com o PRONAF, dando condições para que os

agricultores beneficiados desenvolvam suas atividades e aumentem sua produção e sua renda conseqüentemente.

A nível local existe duas cooperativas de crédito atuando no município de Constantina/RS, a Sicredi e a Cresol, onde ambas trabalham com sistemas semelhantes. O Sicredi chegou a Constantina em 1995, trabalhando no sistema de cotas partes ou cota capital e possui no município um Posto de atendimento aos associados (PAC), pois a cooperativa está situada no município vizinho Sarandi/RS.

Já a Cresol chegou em 1998, quando grupos de pequenos agricultores se organizaram e foram em busca de novas alternativas para o ramo, em Francisco Beltrão no Estado do Paraná. Conhecendo o Sistema Cresol (Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidaria) através de visita, estes agricultores fundaram a primeira Cresol no Rio Grande do Sul. Nos dias atuais a cooperativa de Constantina (que se dará ênfase nesta pesquisa) é uma das maiores do Sistema Cresol e consta com mais de 7000 associados.

A presente monografia encontra-se organizada em 5 capítulos, que contextualizam todo o desenvolvimento do trabalho, que vai desde a introdução com relevância sobre o tema, o referencial teórico envolvendo o desenvolvimento rural, políticas públicas e o cooperativismo de crédito, resultados referentes a Cresol Constantina até as considerações finais.

## 1.1 JUSTIFICATIVA

Com prioridade em oportunizar crédito a fim de ajudar o agricultor familiar e facilitando na desburocratização do acesso pelos associados, o Sistema Cresol tem seguido critérios que motivam a construção de um sistema sólido de acesso ao crédito. Desta forma, o Sistema Cresol tem se destacado como um dos instrumentos de Desenvolvimento Rural. Nos últimos anos, tem sido crescente a disponibilidade de acesso ao crédito rural, onde as ações desenvolvidas pelas cooperativas deste Sistema tornam-se notáveis, com uma possível contribuição para o desenvolvimento rural local.

Em doze anos de atuação na área do crédito em Constantina a Cresol, através do microcrédito, seja pelo PRONAF custeio, investimentos, por operações bancárias (depósito a vista, depósito a prazo e poupança) ou por programas próprios (como na área da habitação), tem atuado na tentativa de melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. Esta

melhoria reflete diretamente no acesso ao crédito, através do Sistema Cresol, ou indiretamente nos investimentos realizados dentro das propriedades.

Especificamente, na questão da habitação, o Sistema Cresol Central SC/RS já organizou a construção e a reforma de mais de seis mil moradias nestes estados (PROMPT; BORELLA, 2010). Os autores ainda relatam que a “habitação é um importante instrumento de transformação social”, sendo que a moradia reflete na qualidade de vida dos agricultores, “principalmente no que se refere aos aspectos de saúde, auto-estemas e bem-estar familiar” (p.158). Este processo, em particular, é assegurado através das oportunidades de acesso ao crédito e a movimentações financeiras que vem a inserir centenas de agricultores até então excluídos do mercado, ou do processo produtivo.

A idéia de realização desse estudo do sistema CRESOL Constantina surge a partir a partir da atuação dentro do sistema primeiramente como agente de crédito e posteriormente como conselheiro de administração da mesma. O estudo é importante para a divulgação do sistema bem como dos serviços prestados pela Cooperativa. A divulgação de números e dados mostra a importância do Cooperativismo de credito para o desenvolvimento local.

### **1.2.1 Geral**

Através das justificativas expostas anteriormente, este trabalho objetiva-se em identificar a evolução de valores (movimentação em reais– R\$) no acesso ao crédito na região de abrangência da Cooperativa Cresol de Constantina – Rio Grande do Sul, colocando da importância dessa para o desenvolvimento rural/local como facilitadora no repasse ao crédito.

### **1.2.2 Específicos**

- descrever o histórico do Sistema Cresol Constantina;
- estudar a caracterização e evolução do quadro social da Cresol Constantina;
- expor com números os volumes de movimentação e evolução do acesso ao crédito, através dos dados fornecidos pela cooperativa;
- identificar a variação da movimentação em reais (R\$) através das principais linhas de crédito liberado.

## 2 METODOLOGIA

Nesse item, apresenta-se o delineamento metodológico utilizado na elaboração da presente monografia: o método, a unidade de análise, o local da pesquisa e a coleta de dados.

O método de pesquisa utilizado para a elaboração do trabalho é o qualitativo. Esta escolha justifica-se em razão a problemática da pesquisa e dos objetivos traçados. A utilização do método qualitativo favorece o pesquisador na descrição da complexidade do problema da pesquisa, possibilitando compreender os processos dinâmicos vividos (RICHARDSON, 1999).

Ao utilizar este tipo de método, analisa-se o ambiente, podendo refletir através das características encontradas na situação em questão, onde os dados representam a real conjuntura existente. Assim, as informações encontradas podem responder os objetivos propostos de modo a satisfazer e proporcionar maior consistência aos dados.

A unidade de análise considerada é a cooperativa singular de crédito, Cresol Constantina, integrante do Sistema Cresol Central Santa Catarina/Rio Grande do Sul. Esta delimitação se deve basicamente por dois motivos: primeiramente por esta cooperativa ser a primeira deste sistema implantada no Rio Grande do Sul e também pelo interesse em compreender esta forma de organização social, na qual muitos agricultores deste município estão associados. Não obstante também, por atender aos objetivos propostos por este trabalho e pela viabilidade da pesquisa em relação a localização da cooperativa no mesmo município de residência, determinou-se esta unidade de análise.

Como local da pesquisa, tem-se como base a localização desta cooperativa no município de Constantina, porém, a mesma possui seis postos de atendimento distribuídos em outros municípios da região, caracterizando uma abrangência regional.

Ao que se refere à coleta de dados, estes foram feitos no período de dezembro de 2010 e janeiro de 2011. Em 2010, realizou-se uma entrevista ao Sr. Claudinei Tomazzelli, presidente da cooperativa, com intuito de construir um panorama da história da Cresol, principalmente no município de Constantina, nos seus doze anos de existência, sendo portanto o período da análise desses dados do ano de 1998 a 2010. Esta entrevista foi aplicada com um roteiro semi-estruturado, conforme Apêndice. A entrevista teve como questões embasadoras: o início da formação do Sistema Cresol Central SC/RS; os motivos que levaram os agricultores em Constantina a se mobilizarem para formação da organização; os principais acontecimentos na história da Cresol Constantina; organização da Cresol Constantina

atualmente; visão da Cooperativa em relação a agricultura familiar; situação atual da Cresol Constantina Posteriormente, em janeiro através de uma consulta interna no sistema da cooperativa com auxílio dos próprios funcionários, buscaram-se dados a fim de responder os objetivos propostos. Estes dados são referentes à formação e caracterização do quadro social da cooperativa, a evolução e acesso ao crédito tanto custeio como investimento por diferentes linhas, através do Pronaf, as ações, trabalhos ou projetos desenvolvidos pela cooperativa em nível de banco, tanto para seus associados como para a comunidade, entre outros.

### 3 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

Esse item constitui-se da exposição do aporte teórico da pesquisa, através de uma revisão bibliográfica contextualizando desenvolvimento rural e políticas públicas com o de acesso ao crédito rural através do cooperativismo de crédito.

#### 3.1 DESENVOLVIMENTO RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

A agricultura brasileira passou por mudanças e transformações durante as últimas décadas, possivelmente para acompanhar o desenvolvimento em escala global. Isto condiz a alguns reflexos, sobretudo referentes a mudanças tecnológicas, “a partir dos quais o agricultor seria necessariamente um receptor de tecnologias” (PAULI, 2009, p. 39-40). No mesmo sentido, Araújo (2007, p.15) relata que:

[...] as propriedades rurais cada dia mais: perdem sua auto-suficiência; passam a depender sempre mais de insumos e serviços que não são seus; especializam-se somente em determinadas atividades; geram excedentes de consumo e abastecem mercados, às vezes, muito distante; recebem informações externas; necessitam de estruturas, armazéns, portos, aeroportos, *softwares*, bolsas de mercado, pesquisas, fertilizantes, novas técnicas, tudo de fora da propriedade rural; conquistam mercado; enfrentam a globalização e a internacionalização da economia.

Segundo Pauli (2009) esta passagem do modo artesanal de produção para o industrial, demonstrou como a industrialização e a divisão do trabalho implantada pelo novo sistema de produção influenciou na perda de autonomia e na maior dependência por recursos externos à propriedade rural. Neste mesmo sentido, o autor ainda salienta que esta mudança no processo produtivo deu início a um modelo “organizador da produção, através do controle da distribuição e do mercado da produção”, instituindo assim uma “hierarquia social” (p. 40).

Já ao que se refere sobre o processo de modernização da agricultura brasileira – que objetivava elevar a renda e o desenvolvimento -, este possui “influência do modelo americano e têm como característica básica a introdução da mecanização, a concentração fundiária, a orientação agroexportadora e a adoção de um pacote tecnológico” desconsiderando o saber adquirido pelos agricultores familiares (PAULI, 2009, p. 40-41). Assim, a partir da

agroindustrialização da agricultura, interagindo estreita e diretamente com a indústria fornecedora de insumos e equipamentos, o agricultor passa a perder o controle do processo produtivo e torna-se cada vez mais dependente de fatores externos à propriedade.

Foi através destes processos que ocorreu um “processo de diminuição social do agricultor familiar”, provocando o “êxodo e a desvalorização da agricultura de caráter familiar no seu papel social” (PAULI, 2009, p.41). É também, neste mesmo sentido, que Fialho e Waquil (2008, p. 140) referem-se aos produtores familiares como sendo os principais interessados no desenvolvimento rural atualmente, “visto as dificuldades resultantes do processo de desenvolvimento que privilegiou um segmento agroexportador por longos anos”. assim, existe uma preocupação em introduzir esta porção, até então marginalizada ou pouco lembrada nas discussões sobre desenvolvimento rural.

Em relação ao desenvolvimento rural no Brasil, este foi imposto por forças externas, sendo implantado primeiramente em certas regiões e depois se expandindo. Kageyama (2004, p.383) cita esta situação como “exemplo emblemático”, sendo “as políticas de modernização da agricultura” uma “forma de estimular o desenvolvimento rural”. Porém, segundo a autora o desenvolvimento rural implica na “combinação de forças internas e externas à região, em que os atores das regiões rurais estão envolvidos simultaneamente em um complexo de redes locais e redes externas que podem variar significativamente entre regiões” (p. 384).

De modo mais específico ao se tratar de desenvolvimento rural, para Kageyama (2004, p. 384):

[...] implica a criação de novos produtos e novos serviços, associados a novos mercados; procura formas de redução de custos a partir de novas trajetórias tecnológicas; tenta reconstruir a agricultura não apenas no nível dos estabelecimentos, mas em termos regionais e da economia rural como um todo.

Na conferência mundial de 1979, organizada pela FAO, intitulada “Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural” discutiram-se assuntos referentes ao tema, ficando explícito que o desenvolvimento rural só seria alcançado através da união de múltiplos fatores. Segundo Veiga (1991, apud RAMOS, 2001, p. 147) na conferência destacou-se que “a reforma agrária não é condição suficiente para o desenvolvimento rural”, tendo a necessidade de políticas para tanto. Assim, para promover o desenvolvimento rural, tem-se a necessidade de associar desenvolvimento sócio-econômico com desenvolvimento agrário-agrícola (RAMOS, 2001), pois “as especificidades da agropecuária constituem a justificativa para as políticas (públicas) a ela voltadas, as quais são ao mesmo tempo políticas para o desenvolvimento” (p. 147).

A política pública pode ser compreendida como “uma ação deliberativa dos poderes públicos constituídos visando atender as necessidades de uma determinada sociedade [...] a fim de “deferir demandas locais ou universais” (PIES, 2006, p.113). Para Pauli (2009, p. 41), em termos de política pública:

[...] o incentivo ao novo modelo de agricultura passou pelos seguintes instrumentos: crédito rural (fonte de crédito específica para agricultores com juros subsidiados para adoção do novo pacote tecnológico), política de garantia de preço mínimo aos produtos agrícolas, assistência técnica e seguro agrícola.

Durante este período da década de 60, muitos produtores capitalizaram-se, enquanto outros não, tornando-se dependentes destas políticas para produzir. No entanto, “após 20 anos de intensos subsídios, a crise da dívida externa e da baixa oferta de crédito desnudou uma realidade de uma agricultura extremamente dependente de subsídios externos e governamentais” (PAULI, 2009, p 41).

Em trabalho realizado por Bittencourt (2003, p. 57) sobre o financiamento da agricultura familiar brasileira, o autor ao relatar a evolução do crédito rural, lembra das transformações sofridas pela agricultura brasileira a partir dos anos 60 que tinham o Estado como indutor, onde:

[...] as transformações no meio rural visavam liberar mão-de-obra para atender a demanda do setor industrial, produzir alimentos baratos para a população urbana, adquirir máquinas, equipamentos e insumos fornecidos pela nascente indústria de produtos destinados à agricultura e produzir as matérias primas necessárias às indústrias processadoras agrícolas (promovendo a agroindustrialização do país) e excedentes exportáveis para fazer frente aos compromissos internacionais.

Historicamente, percebe-se que o acesso ao crédito foi à base destas transformações na agricultura, onde era “direcionado e vinculava sua liberação ao uso de pacotes tecnológicos compostos por insumos químicos e industriais” (Bittencourt, 2003, p. 58). O autor ainda faz referência sobre a política de crédito rural da época: como “não era neutra em relação à classificação social dos agricultores, e o crédito era direcionado e concentrado para alguns produtos, regiões e categorias de produtores” (p.58). Assim, os “pequenos produtores [...] e os trabalhadores rurais foram os grandes excluídos dos benefícios da modernização da agricultura brasileira” (LAMOUNIER, 1994 apud PEREIRA; SILVA, 2009, p. 5).

As políticas públicas são consideradas “diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade” [...]

“orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos” (PEREIRA; SILVA, 2009, p. 2). Sobretudo, “as políticas públicas são, inevitavelmente, fortemente influenciadas pelo discernimento político sobre o que é factível, diante de interesses e demandas conflitantes, entre os grupos de apoio e os adversários” (Ibid, 2009, p. 5).

Quando se refere especificamente à agricultura têm-se políticas voltadas ao setor (políticas agrícolas e agrárias). Ao justificar a utilização destas políticas específicas Ramos (2001, p.147) relata que “tais políticas tratam de aspectos particulares e visam a objetivos distintos (renda/preços, ambientais, tecnológicas, de saúde, educação etc.), e destinam-se a manter e/ou a alterar realidades ou situações concretas”. Historicamente, “a partir dos anos 1960 foram implementadas políticas agrícolas ativas [...], no sentido de definir instrumentos e incentivos específicos, como financiamento, apoio à comercialização, tributação diferenciada, geração e difusão de tecnologias” (WAQUIL, 2009, p.206).

Já, atualmente as políticas agrícolas “são dirigidas a um público muito mais diferenciado, seja pelo desenvolvimento capitalista que acelerou os processos internos de diferenciação da pequena produção, seja porque o alcance dos instrumentos dessas políticas se tornou mais abrangente” (PEREIRA; SILVA, 2009, p. 6). É neste sentido que em 1995 cria-se e se regulamenta em 1996 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), através de diversos movimentos sociais que tinham como “ponto central a demanda por crédito rural diferenciado” substituindo o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap), extinto desde então (BITTENCOURT, 2003, p.110).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) “destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família” (BANCO CENTRAL do BRASIL, s.d).

Com os anos, foram implementados diferentes limites de financiamento por beneficiário do crédito de custeio e investimento, diminuindo as taxas de juros, onde também houve a criação de rebote nos contratos (BITTENCOURT, 2003). Ainda segundo o autor, em 1997, são incluídos os pescadores artesanais, aquícultores e seringueiros extrativistas entre os beneficiários do programa e também, passa-se a trabalhar com limite de renda bruta aos agricultores que desejam acessar o Pronaf investimento.

A partir de 1998, iniciaram-se as primeiras linhas de crédito (Pronaf Agroindústria e do Agregar), ampliadas em 1999 e passadas ao comando do recém criado Ministério do Desenvolvimento Agrário (BITTENCOURT, 2003). Desde então, “os agricultores familiares começaram a ser classificados em quatro grupos - A, B, C e D - em função da renda e da mão-

de-obra”, criando-se novas linhas de crédito, como o coletivo para pessoas jurídicas (destinado às associações e cooperativas), para atividades não agrícolas (como o turismo rural e o artesanato) e atividades ligadas ao meio ambiente (BITTENCOURT, 2003, p.111).

Segundo o Banco Central do Brasil (s.d), atualmente os beneficiários do Pronaf são pessoas que compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovem seu enquadramento mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao Programa (DAP), em um dos seguintes grupos: I) **Grupo "A"**: Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), ou agricultores familiares reassentados em função da construção de barragens para aproveitamento hidroelétrico e abastecimento de água; II) **Grupo "B"**: Agricultores familiares que tenham obtido renda bruta familiar nos últimos doze meses que antecedem a solicitação da DAP de até R\$6 mil; III) **Grupo "A/C"**: Agricultores familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF; já tenham contratado a primeira operação no Grupo "A"; não tenham contraído financiamento de custeio, exceto no Grupo "A/C"; IV) **Agricultores familiares que:** tenham obtido renda bruta familiar nos últimos doze meses que antecedem a solicitação da DAP acima de R\$6 mil e até R\$110 mil; entre outros; V) **Demais beneficiários:** pescadores artesanais que se dediquem à pesca artesanal; extrativistas; silvicultores; aquicultores, maricultores e piscicultores; comunidades quilombolas; povos indígenas; agricultores familiares que se dediquem à criação ou ao manejo de animais silvestres para fins comerciais.

O crédito do Pronaf destina-se a financiamento de custeio ou investimento. De modo mais específico para a concessão de investimento, existem algumas linhas de crédito que podem ser operacionalizadas pelos produtores rurais, tais como: Linha de Crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural (Pronaf Agroindústria); Linha de Crédito de Investimento para Sistemas Agroflorestais (Pronaf-Floresta); Linha de Crédito de Investimento para Mulheres (Pronaf - Mulher); Linha de Crédito de Custeio do Beneficiamento, Industrialização de Agroindústrias Familiares e de Comercialização da Agricultura Familiar (Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares); **linha** de Crédito de Investimento para Jovens (Pronaf - Jovem); Linha de Crédito para Grupo "B" do Pronaf (Microcrédito Produtivo Rural); Linha de Crédito de Investimento para Agroecologia (Pronaf Agroecologia); Linha de Crédito para Investimento do Pronaf Eco; Linha Especial de Crédito Pronaf Mais Alimentos; Pronaf Semi-Árido; Pronaf Cotas-Partes; Pronaf PGPAF; Créditos para Beneficiários do PNCF e PNRA.

Em trabalho realizado por Bittencourt (2003, p. 142) o autor refere-se ao Pronaf como:

[...] uma grande conquista para os agricultores familiares, porque ampliou o acesso ao crédito entre estes agricultores, forneceu recursos para capacitação e para a construção e melhoria da infra-estrutura e dos serviços nos municípios pobres e com concentração de agricultores familiares.

Assim, com as constantes transformações e melhorias realizadas no programa (Pronaf) desde a sua constituição, fruto da interação social com as organizações, percebe-se a contribuição para ampliar sua atuação e adaptar-se às especificidades e diferenciações existentes na agricultura familiar brasileira. É neste mesmo sentido que Bittencourt (2003, p. 142) relata que o Pronaf “contribuiu para o reconhecimento social da importância da agricultura familiar na geração de trabalho e renda”.

Portanto, através do montante de linhas de crédito e da atuação de entidades voltadas a defesa e organização da agricultura familiar que se evidenciam as possibilidades existentes do acesso ao crédito. Assim, os agricultores podem efetivamente investir em suas propriedades, promovendo a visualização do cooperativismo de crédito com um dos meios de promover o desenvolvimento local.

### 3.2 O COOPERATIVISMO E AS COOPERATIVAS DE CRÉDITO

O cooperativismo conhecido hoje, remonta do século XVIII, com a criação da primeira cooperativa em Manchester na Inglaterra. Naquele período, a Revolução Industrial afluída através do novo modelo capitalista implantado, teve como resposta a organização e mobilização de algumas pessoas da classe proletariada (tecelões). Rios (2007, p.23) relata que “nesse ambiente de exploração econômica e repressão policial-militar, as primeiras associações operárias são associações secretas, clandestinas”.

Já em dezembro de 1844, 28 tecelões que buscavam melhores condições econômicas - frente aos “abusos do capitalismo ganancioso através da exploração na jornada de trabalho de mulheres e crianças (...) e do desemprego crescente advindo da revolução industrial” (PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, s.d.) -, constituíram uma cooperativa de consumo denominada *Rochdale Society of Equitable Pionners*, iniciando assim o movimento cooperativista e sendo o marco do cooperativismo moderno na história.

Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB (s.d.) “a mão-de-obra perdeu grande poder de troca, os baixos salários e a longa jornada de trabalho trouxeram

muitas dificuldades socioeconômicas para a população”. Assim, a origem do cooperativismo europeu parte de uma estratégia de sobrevivência ao capitalismo competitivo, constituindo também um projeto político (RIOS, 2007).

No Brasil, “a cultura da cooperação é observada desde a época da colonização portuguesa” (OCB, s.d.). Porém, o movimento cooperativista brasileiro surge no final do século XIX com a criação da primeira cooperativa de consumo, em Ouro Preto (MG) no ano de 1889, estimulado por funcionários públicos, militares, profissionais liberais e operários, a fim de atender suas necessidades, expandindo-se posteriormente para “Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, além de se espalhar em Minas Gerais” (OCB, s.d.b).

Em relação às cooperativas de crédito, a primeira cooperativa de crédito urbana foi fundada em 1856, na cidade alemã de Delitzsch por Herman Schulze-Delitzsch, onde, caracterizava-se por “prever o retorno das sobras líquidas proporcionalmente ao capital, por ter área de atuação não restrita e por remunerar seus dirigentes” (PORTAL do COOPERATIVISMO de CRÉDITO, s.d.). Do mesmo modo, as primeiras cooperativas de crédito rural também surgiram na Alemanha, em 1864, por iniciativa de Friedrich Wilhelm Raiffeisen, que fundou as chamadas “Caixas de Crédito Raiffeisen” (PORTAL do COOPERATIVISMO de CRÉDITO, s.d.).

A idealização de uma cooperativa com estas características na América, foi realizada pelo jornalista Alphonse Desjardins, em seis de dezembro de 1900, na província canadense de Quebec (PINHEIRO, 2008). Apenas em 28 de dezembro de 1902 surgiu a primeira cooperativa de crédito brasileira, localizada na Linha Imperial, em Nova Petrópolis, no estado do Rio Grande do Sul, denominada de Caixa de Economia e Empréstimos Amstad e posteriormente batizada de Caixa Rural de Nova Petrópolis (PINHEIRO, 2008).

Para a OCB (s.d.c), o “cooperativismo é um movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social”. Assim, o sistema é fundamentado na união de pessoas e não no capital, onde, visa às necessidades do grupo e não o lucro, buscando prosperidade conjunta e não individual (OCB, s.d.c).

Segundo a Lei nº 5.764/71 que define a Política Nacional de Cooperativismo, no Artigo 3, do Capítulo II, “celebra contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetividade de lucro”. Ainda, conforme a Legislação no Artigo 4 do Capítulo II, as cooperativas são tidas como “sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados [...]”.

Do mesmo modo, a OCB (s.d.d), define cooperativa como “uma organização de pessoas que se baseia em valores de ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade, onde, seus objetivos econômicos e sociais são comuns a todos”.

Ainda, segundo a Lei nº 5.764/71, as sociedades cooperativas são classificadas como: singulares, centrais ou federações de cooperativas e confederações de cooperativas. As singulares, que são as cooperativas de primeiro grau, devem ser constituídas pelo número mínimo de vinte pessoas físicas ou, excepcionalmente, permite-se a admissão de pessoas jurídicas. As centrais, que são cooperativas de segundo grau, devem ser constituídas de no mínimo três singulares, admitindo-se associados individuais. Já as confederações, que são cooperativas de terceiro grau, são constituídas de no mínimo três centrais ou federações de cooperativas.

No Brasil, as cooperativas brasileiras se distribuem em 13 setores da economia, sendo esta divisão baseada nas diferentes áreas em que o movimento atua (OCB, s.d.e). Um dos principais ramos é o crédito. Segundo a OCB (s.d.f) este é composto por “cooperativas destinadas a promover a poupança e financiar necessidades ou empreendimentos dos seus cooperados. Atua no crédito rural e urbano”.

As cooperativas de crédito, por sua vez, são instituições financeiras reconhecidas oficialmente como intermediárias do Sistema Financeiro Nacional, “com base na lei bancária n.º 4.595/64 e pela Lei n.º 6.981, que altera a redação do artigo 42 da Lei n.º 5.764/71 e regulamentada por diversas resoluções do Banco Central” (FLACH, 2009, p.279). Também relevantes pela sua importância na criação de empregos, na mobilização de recursos, na geração de investimentos sob as diversas formas de promover a participação da população no desenvolvimento econômico e social. É neste mesmo sentido que Bialoskorski Neto (2000, apud FLACH, 2009, p. 280) afirma em um de seus trabalhos que “para cada aumento de 10% na proporção de produtores rurais cooperativados há um aumento de 2,5% na renda média regional”.

De modo mais específico, segundo Pinheiro (2006 apud FLACH, 2009, p.279) as cooperativas de crédito têm por objetivo:

[...] a prestação de serviços aos associados, como a concessão de crédito, a captação de depósitos à vista e a prazo, cheques, a prestação de serviços de cobrança, de custódia, de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros sob convênio com instituições financeiras públicas e privadas e de correspondentes no país, além de outras operações específicas e atribuições estabelecidas na legislação em vigor.

Junior (2009, p.220) comenta que mesmo sem deixar de oferecer produtos e serviços idênticos às instituições financeiras tradicionais, cooperativas de crédito rural solidário apresentam alguns diferenciais, tais como:

[...] menor custo operacional em relação aos bancos, atendimento personalizado, formação cooperativista, facilidade na abertura de contas, maior rendimento das aplicações financeiras e possibilidade dos associados se beneficiarem da distribuição dos resultados.

Esses diferenciais observados, possivelmente podem ser os benefícios que consolidam um sistema cooperativista de crédito, trazendo maior confiança entre o associado e a cooperativa e conseqüentemente garantindo bons resultados para ambos.

Na atualidade, o cooperativismo de crédito encontra-se com 1.100 cooperativas e 3.497.735 associados em todo o território nacional (OCB, 2009). Quando comparado com anos anteriores, observa-se uma constante expansão, pois, mesmo obtendo uma diminuição de 1,17% no número de cooperativas entre 2008 e 2009, houve um crescimento de 8,76% no número de associados durante o mesmo período (OCB, 2009).

Referente à estrutura organizacional do cooperativismo de crédito brasileiro, este diferentemente de outros países, não possui uma entidade de cúpula única e atualmente é organizado em quatro grandes sistemas principais (Sicredi, Sicoob, Unicred e Ancosol) integrados na Organização das Cooperativas do Brasil (PINHEIRO, 2008).

O sistema Sicredi tem como objetivo “estruturar, desenvolver e coordenar programas de educação que promovam o cooperativismo de crédito e a formação de associados” (PINHEIRO, 2008, pág 20). Segundo o mesmo autor, o Sicoob Brasil é uma confederação nacional, através de uma instituição não financeira. O Unicred do Brasil, segundo Pinheiro (2008, pág.19) “é o órgão de cúpula do sistema Unicred, autorizada a funcionar como instituição financeira”. Já o sistema Ancosol que é uma Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária que reúne cooperativas de crédito voltadas para a economia familiar e solidária (PINHEIRO, 2008), onde a Cresol Central integra.

### 3.2.1 Breve relato sobre o Sistema Cresol Central SC/RS

Constituídas e administrada/dirigida por agricultores familiares (sócios), às cooperativas do Sistema Cresol Central possuem uma forma organizacional em rede de verticalidade - postos, cooperativas, bases e central - e de horizontalidade - autonomia das singulares combinada com papel orientador das bases e da central- (FLACH, 2009, p.283), sendo a Central responsável pelo relacionamento com o Banco Central e Governo Federal, administrando os programas de crédito.

Assim, a Cresol constitui-se como uma “cooperativa autogestionária que viabiliza o acesso ao sistema de microfinanças para fomentar a produção, principalmente àqueles que viviam excluídos do sistema financeiro” (PAULI, 2009, p. 22).

O Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Sistema CRESOL) que “surgiu para oferecer além do crédito e desenvolvimento, inclusão social aos agricultores familiares”, tem como missão em seu estatuto social “fortalecer e estimular a interação solidária entre cooperativas e agricultores familiares através do crédito e da apropriação do conhecimento, visando o desenvolvimento local sustentável” (CRESOL, s.d.).

A Cresol Central SC/RS, integrante da Ancosol, atualmente possui 60 cooperativas de crédito filiadas e mais de 80 postos de atendimento abrangendo além de 85 mil associados nos dois estados (CRESOL, s.d.). Também é estruturada em cinco bases regionais de serviços, em Chapecó, Curitibanos e Dona Emma em Santa Catarina e em Erechim e Constantina no Rio Grande do Sul, “cujo objetivo é a prestação de serviços financeiros aos seus cooperados, integrantes da agricultura familiar nessas regiões” (FLACH, 2009, p.278). Também, “atua orientado pelos princípios da organização em rede, preconizando que as cooperativas singulares possuem autonomia organizada de planejamento” (PAULI, 2009, p. 22).

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Neste item, inclui-se primeiramente um histórico da Cresol Constantina, uma caracterização da mesma em números e área de abrangência, ações e projetos realizados e uma exposição da evolução na movimentação e acesso ao sistema de crédito cooperativo, através do Pronaf custeio e investimento.

### **4.1 DOSE ANOS DE CRESOL CONSTANTINA**

É representada abaixo, uma breve reconstrução histórica do Sistema Cresol em especial da Cresol Constantina/RS, baseada através de uma entrevista concedida pelo então presidente da mesma, Sr. Claudinei Tomazelli.

Historicamente, entre 1994 e 1995, influenciados pelas dificuldades vivenciadas na agricultura familiar, foram realizados eventos para discutir a ampliação e profissionalização dos fundos rotativos e a formulação de novas estratégias para aumentar o então incipiente acesso dos agricultores familiares aos recursos do Sistema Nacional do Crédito Rural (SNCR). Após vários estudos e debates, em meados de 1995 surge à primeira cooperativa do modelo Cresol, no município de Dois Vizinhos no Paraná. Ainda naquele ano e no mesmo estado, novas cooperativas são formadas nos municípios de Marmeleiro, Pinhão, Laranjeiras do Sul e Capanema. Assim, com cinco cooperativas em funcionamento, a direção optou pela criação de uma cooperativa Central de serviços (denominada de Base Central de Serviços – BASER), para fazer a coordenação do processo, dar suporte às singulares nas áreas de formação, normatização, contabilidade, informática e efetuar a interlocução com outras organizações, como bancos, governos e demais entidades da sociedade civil.

Foi a partir destas estruturas que se constituiu oficialmente, em 10 de janeiro de 1996, o Sistema Cresol. Desta data em diante, percebeu-se um forte incremento do número de cooperativas de crédito, sobretudo nas regiões sudoeste, centro-oeste e oeste do estado do Paraná. Neste sentido, ao observar que não bastava apenas se preocupar com a questão financeira, mas a necessidade de ter objetivos correlativos ao seu trabalho levou à criação de estratégias que resultassem numa ampliação do grau de organização e proporcionassem

qualidade de vida às famílias dos agricultores em seu meio social, como por exemplo o programa de habitação realizado pela Cresol.

Apenas em 1998 são constituídas as primeiras cooperativas do Sistema Cresol nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Esta expansão foi resultado da atuação de organizações da agricultura familiar nestes estados, que se identificaram com a proposta do Sistema Cresol. Já em 2004, conforme o princípio da descentralização e crescimento horizontal cria-se a segunda cooperativa central de crédito, a Cresol Central SC/RS, com sede em Chapecó/SC, tendo filiadas a ela cooperativas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

De modo mais específico e de mesma realidade, a Cresol Constantina origina-se diante da necessidade de acesso a crédito por parte dos agricultores familiares, onde lideranças ligadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR- entidade que auxiliava na organização e acesso ao crédito, passando estas atribuições a cooperativa, após a sua fundação) do município buscam conhecer experiências no ramo do cooperativismo de crédito objetivando resolver estas demandas. Portanto, diante deste cenário e após visitas as cooperativas do Paraná, em 1998 surgem às primeiras cooperativas Cresol em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, sendo dentre elas, a primeira gaúcha a Cresol Constantina. Portanto, através de Assembléia no dia 29 de Janeiro de 1998 foi constituída a Cooperativa, abrindo suas portas ao público no dia 14 de julho do mesmo ano.

Como sócios fundadores, a cooperativa tem agricultores (as) pioneiros do Sistema Cresol nesta região, onde ainda pode-se considerar que estes não possuíam clareza dos desdobramentos e do significado histórico deste ato organizativo no tema do crédito rural a partir do cooperativismo. Esses são: Adir A. Lazzaretti; Alberto Lazzaretti; Antonio Rodrigues de Almeida; Bráulio Zatti; Braz Trevisan; Cidinei Celso Trevisan; Dirceo Clecio Santin; Elisa Largo Taglietti; Genuir Berton; Gilmar Jose Polaquini; Gilmar Luiz Ferrareze; Ideno Paulo Pietrobelli; Inês Santana Favaretto; Ivair Jose Cezarotto; Ivan Tonin; Ivanir Deon; Jose Ariel Nascimento de Oliveira; Jose Zanetti; Luiz Martinelli; Nelci Araldi; Odair Luiz Bortolini; Paulo Jose Favaretto; Valdir Lazzaretti; Valcir Marcolan; Valdecir Grison; Valdecir Lazzaretti e Valdecir Piran.

No final do ano de 1998 a Cresol Constantina possuía 398 associados, com acesso a R\$ 377.000,00 de Pronaf custeio e um patrimônio líquido de R\$ 26.371,000. Neste primeiro ano não foram liberados recursos na linha de Pronaf investimentos. Estes indicadores durante este período de atividades, foram alcançados devido ao trabalho realizado pelas lideranças da Cresol em companhia com demais entidades parceiras do Sistema.

Nos primeiros dois anos, mesmo já tendo um trabalho reconhecido pelos produtores rurais, foram encontradas inúmeras dificuldades para viabilizar a Cooperativa. Estas se referem principalmente a dificuldades de capital, onde, a cooperativa não possuía volume de capital suficiente para trabalhar com repasse de recurso (custeio e investimento), devido a uma demanda muito grande dos pequenos produtores. Também, pelos próprios diretores e colaboradores, que não focavam extremamente a capitalização da mesma, devido a cooperativa ser diferente dos demais agentes financeiros e pelas condições dos próprios associados, pequenos agricultores familiares. Inclusive há relatos de que nesta época, a cooperativa era chamada de “banquinho do Sindicato”, devido a estas dificuldades ressaltadas e por trabalhar juntamente com o mesmo, no auxílio a pequenos produtores.

Assim, se organizou um projeto (planejamento) com finalidade de buscar o fortalecimento e crescimento da Cresol Constantina. Primeiramente, buscou-se a união de diretores, conselheiros e colaboradores da Cresol, do Sindicato e da Cooperativa de Produção Agropecuária de Constantina – LTDA (COOPAC), a fim de organizar um projeto para se desafiar cada vez mais em busca de associados e de negócios que trariam viabilidade a cooperativa. Paralelamente, a Cresol buscou viabilizar as linhas de crédito, com juros e prazos “viáveis” aos associados que se desafiavam a aplicar recursos em áreas estratégicas de produção. Neste cenário de muito trabalho e organização, a Cresol amplia e retoma o crescimento, solidificando o reconhecido trabalho na difusão do crédito, fortalecendo a sua história.

Atualmente, a Cresol Constantina está situada na região Norte do estado do Rio Grande do Sul, com sede/agência no município de Constantina/RS e possui mais seis postos de atendimento em São José das Missões, Engenho Velho, Santo Antônio do Planalto, Santo Augusto, Rondinha e Frederico Westplalen. Em sua área de abrangência, constam 40 municípios, e além dos descritos acima, ainda constam: Liberato Salzano, Novo Xingu, Ronda Alta, Sagrada Família, Três Palmeiras, Trindade do Sul, Sarandi, Coronel Bicaco, Chiapeta, São Valério do Sul, Inhacorá, Nova Ramada, Redentora, Ernestina, Victor Graeff, Tio Hugo, Ibirapuitã, Não-Me-Toque, Catuípe, Carazinho, Passo Fundo, Palmeira das Missões, Panambi, Quatro Irmãos, Vicente Dutra, Taquaruçu do Sul, Irai, Caiçara, Pinheirinho do Vale, Vista Alegre, Rodeio Bonito, Cristal do Sul e Ametista do Sul.

Para o presidente da cooperativa, no contexto da região de abrangência da Cresol Constantina, a agricultura familiar constitui a principal atividade econômica e a principal fonte de geração de trabalho e renda. No mesmo sentido, a cooperativa tem como um de seus objetivos, atender a demanda de crédito para os agricultores familiares dos municípios de sua

abrangência, uma vez que o crédito torna-se um dos principais instrumentos alavancadores da atividade rural. Assim, com atuação direta ao fomento de seu potencial sócio-econômico (agricultura familiar como atividade na geração de trabalho e renda) a Cresol Constantina tem a finalidade de fortalecer a agricultura familiar.

Atualmente a Cresol Constantina possui um montante de 76 milhões de ativos (volume de recurso administrado pela cooperativa) distribuídos nos repasses (custeios e investimentos), na habitação e nas linhas de recursos próprios que são disponibilizados ao quadro social. O patrimônio da cooperativa em 31/12/2010 é de R\$ 10.659,589, 00 contando com um quadro social de 7.179 associados, considerando que estes indicadores estão distribuídos entre a agência e os seis postos de atendimentos.

#### 4.2 QUADRO SOCIAL DA CRESOL CONSTANTINA

Observando a evolução do quadro social da Cresol Constantina (figura 1), abaixo, ao longo dos doze anos, vê-se que essa começa com um número baixo de associados em 1998: 398 sócios, obtendo um crescimento constante até o ano de 2007. Observa-se um grande salto no número de associados a partir de 2008, quando praticamente dobra o número em relação ao ano anterior, nos anos seguintes (2009 e 2010) o aumento no quadro social continua significativo, atingindo mais de 7000 associados. Segundo o Sr. Claudinei Tomazelli (Presidente da cooperativa) isto se deve a alguns fatores, entre estes pode-se citar: a abertura de novos postos de atendimento em Frederico Westphalen (com grande crescimento no número de associados), Rondinha e Santo Augusto; a credibilidade construída pela Cresol que antecede este período; a grande disponibilidade de recursos de repasse de investimento a longo prazo, com juro equalizado pelo governo; as linhas diferenciadas nos recursos próprios da Cresol, sem taxas de extrato, talão de cheques, cartão cresol, manutenção de conta (todos estes serviços realizados sem custo); e ao atendimento e participação dos colaboradores e da direção nas comunidades, melhorando e ampliando a “relação” associado cooperativa.

Através de uma área de abrangência composta por 40 municípios do norte gaúcho e com uma estrutura de seis postos de atendimento e uma agência que coordena os trabalhos realizados nesta região, a Cresol Constantina possui um quadro social formado por 1.619 (22,55%) sócios localizados na área urbana e 5.560 (77,45%) localizados no interior de seus respectivos municípios.

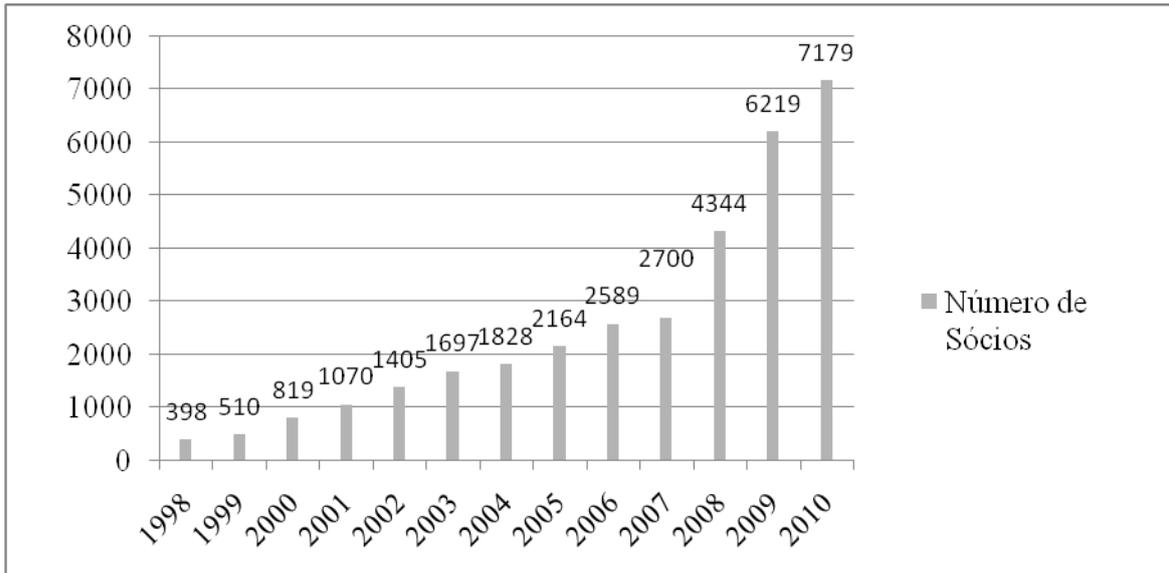


Figura 1 – Evolução do Quadro Social da Cresol Constantina de 1998 a 2010.

Fonte: Cresol Constantina, elaborado pela autor (2011).

Segundo dados da Cresol Constantina quadro social da cooperativa compreende 282 pessoas jurídicas e 6.897 pessoas físicas, totalizando 7.179 associados. Do total de pessoas físicas, 4.965 (71,99%) são do sexo masculino e 1.932 (28,01%) do sexo feminino.

Ainda segundo dados obtidos junto a Cresol Constantina de modo mais estratificado o quadro social é apresentado em quatro diferentes faixas etárias: 817 sócios (masculino 557, feminino 260) com até 25 anos de idade; 3.463 sócios (masculino 2.555, feminino 908) entre 25 a 50 anos; 2.380 sócios (1.741 masculino, 666 feminino) entre 50 a 75 anos; e 234 sócios (137 masculino, 97 feminino) acima de 75 anos. Percebe-se também que o quadro social é formado por uma parcela relevante de mulheres, ou seja, composto de 28%.

Observando estes dados estratificados (FIGURA 2), quando se compara entre as faixas etárias, percebem-se alguns percentuais interessantes de participação que correspondem a 11,82% (até 25 anos), 50,22% (25 a 50 anos), 34,52% (50 a 75 anos), 3,40% (acima de 75 anos). Porém, através desta pesquisa não é possível afirmar qual faixa etária possui o maior nível de participação. Observa-se poucos associados jovens até 25 anos, pelo fato da população rural local encontrar-se envelhecida, a maioria dos associados encontra-se na faixa etária de 25 a 50 anos, por ser uma idade ativa dos agricultores, observa-se ainda alta presença de associados com mais de 50 anos e inclusive com mais de 75 anos de idade, pelo fato da população urbana encontrar-se envelhecida, e por esses receberem benefícios da previdência social na Cooperativa.

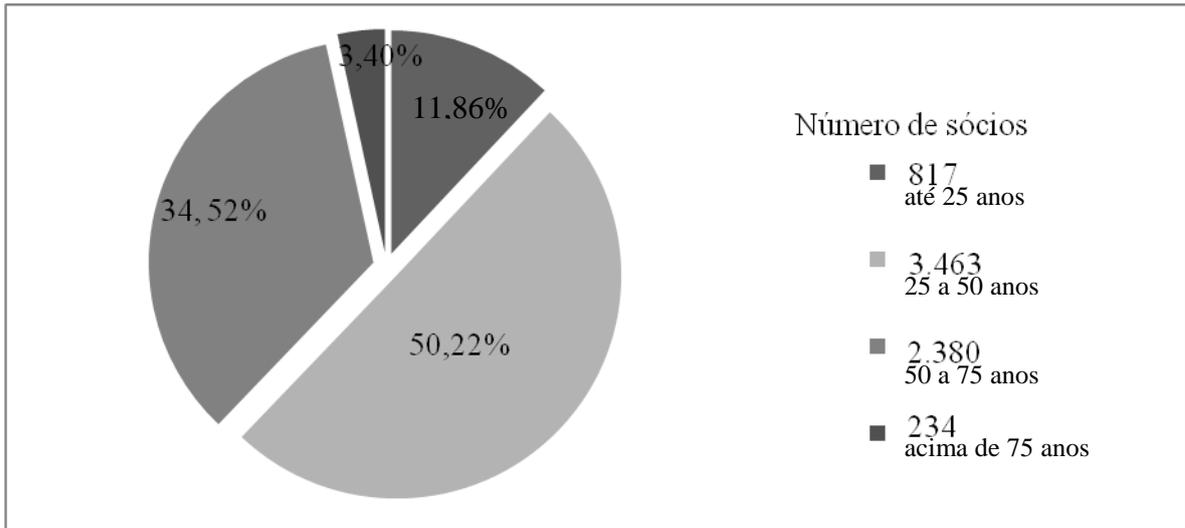


Figura 2 – Estratificação do Quadro Social por faixas etárias.

Fonte: Cresol Constantina, elaborado pelo autor (2011).

Na Figura 3, encontra-se uma separação do quadro social, em relação à agência e aos postos de atendimento. A criação dos postos ocorreu em detrimento a oportunizar ao associado um melhor contato e aproximação com a cooperativa.

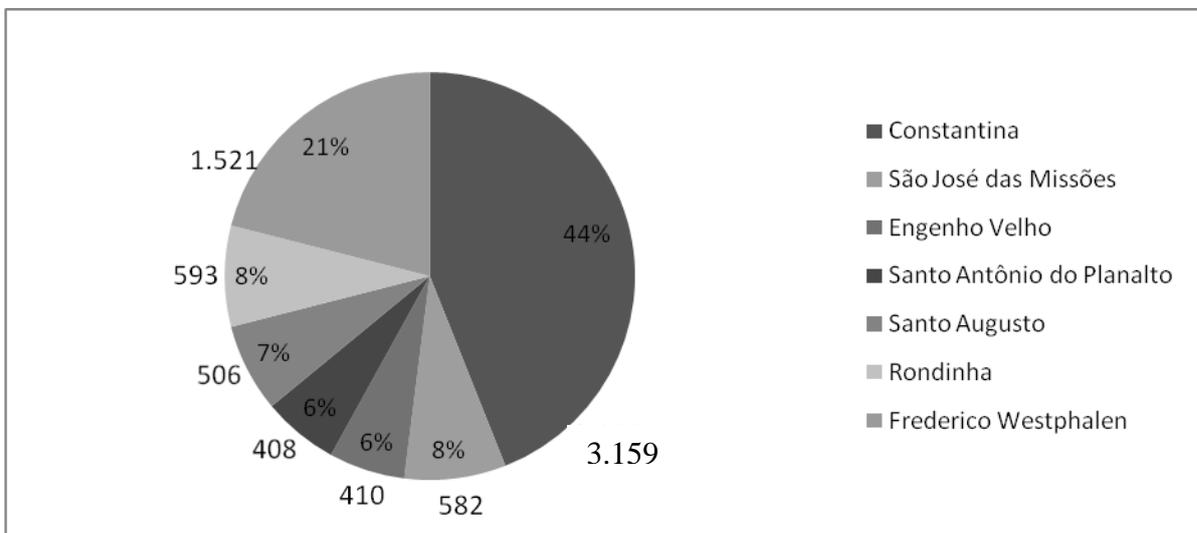


Figura 3 – Quadro social separado entre os postos de atendimento e a agência.

Fonte: Cresol Constantina, elaborado pelo autor (2011).

Quanto ao número de associados por posto de atendimento, Constantina compreende sua maioria, 44%, por ser a sede da Cooperativa éter surgido a doze anos, Frederico Westphalen com apenas dois anos de Cooperativa já atinge 21 % do sistema, outros postos tem menor representatividade, não passando de 8% de associados em cada um deles.

### 4.3 ATIVIDADES/AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA CRESOL CONSTANTINA

A Cresol, ao que se refere as atividades bancárias realizadas, oferece produtos e serviços que incluem conta corrente, depósito a vista, depósito a prazo cooperativo, talão de cheques, financiamentos rurais, empréstimos pessoais (microcrédito), seguros, consórcios, recebimento de benefícios e pagamentos de títulos. Também, neste mesmo sentido a cooperativa possui linhas específicas para financiar veículos, carteiras de habilitação, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, pagamento de contas pessoais, entre outros. Estas atividades foram sendo criadas a partir das necessidades dos sócios, com o aprimoramento dos serviços gerados pela cooperativa.

A Cresol também disponibiliza algumas ações voltadas as comunidades em geral, tais como: linhas de financiamento para ampliações ou reformas infra-estrutura, (pavilhões) nas comunidades, com juro de baixos ; disponibiliza patrocínios e brindes para as comunidades do interior e para entidades parceiras na realização de seminários e encontros, como por exemplo os organizados no Dia Internacional da Mulher. Ainda, existem atuações voltadas ao esporte, como patrocínios de “campeonatos municipais” e apoio aos “Jogos Rurais” organizados pelo poder municipal.

De modo mais significativo, a Cresol proporciona, através de recursos próprios e de linhas oficiais de crédito rural, o acesso a importantes programas pelos agricultores familiares, sendo destaque: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF; o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO e a Habitação rural.

Com relação ao Programa de Microcrédito, é uma política que contempla ações para facilitar e ampliar o acesso ao crédito entre os micro empreendedores, visando a geração de renda, trabalho e a redução das taxas de juros nos financiamentos. É um instrumento integrado que complementa as políticas públicas destinadas à promoção do desenvolvimento local e regional, bem como àquelas relacionadas ao fortalecimento de aglomerações produtivas.

Na habitação rural, esta é proporcionada através do Programa de Subsídios a Habitação de Interesse Social – PSH, organizado pela Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades juntamente com a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, onde a Cresol atua como agente financeiro neste sistema.

De modo semelhante, também se desenvolve um Programa denominado “Caprichando a Morada”, em parceria com a Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares

(COOPERHAF) dos três estados do Sul do Brasil. Neste programa a Cresol atua como entidade organizadora, onde os recursos são concedidos através do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

Já em relação ao Pronaf, este tem como objetivo financiar atividades agropecuárias e não-agropecuárias, exploradas mediante emprego direto da força de trabalho rural e de sua família. As atividades estão relacionadas ao turismo rural, a produção artesanal a bovinocultura leiteira, suinocultura, avicultura, entre outras, sendo todas pontuadas na manutenção e geração de emprego no meio rural.

De modo específico e mais diretamente relacionado, a atividade dos produtores rurais a Cresol trabalha com grande ênfase na liberação de Crédito custeio e investimento. Para crédito de custeio, trabalha na liberação de Pronaf Custeio nas atividades das culturas de soja, milho, trigo, feijão, laranja e na pecuária para pastagem, com valores de R\$ 1.500,00 até R\$ 40.000,00 a juros de 1,5% até 4,5% aa. Também, possui linha de crédito chamada “Pré-custeio” com objetivo de adiantar recursos para que o agricultor possa comprar os insumos necessários com antecedência, com juros de 1% am.

Abaixo, na Figura 4, observa-se a evolução do Pronaf Custeio (valores, em reais) desde o ano de 1998, quando a Cresol iniciou suas atividades. Percebe-se que a Cresol Constantina tem movimentado altos valores referentes ao custeio disponibilizado aos seus associados, sobretudo nos últimos três anos. Comparando-se os anos de 2010 (R\$ 23.974.953,35) e 2007 (R\$ 8.200.000,00) por exemplo, houve um aumento de valores na casa de quase 300%, ou seja, quase triplicou o valor total referente aos repasses de custeio durante este período.

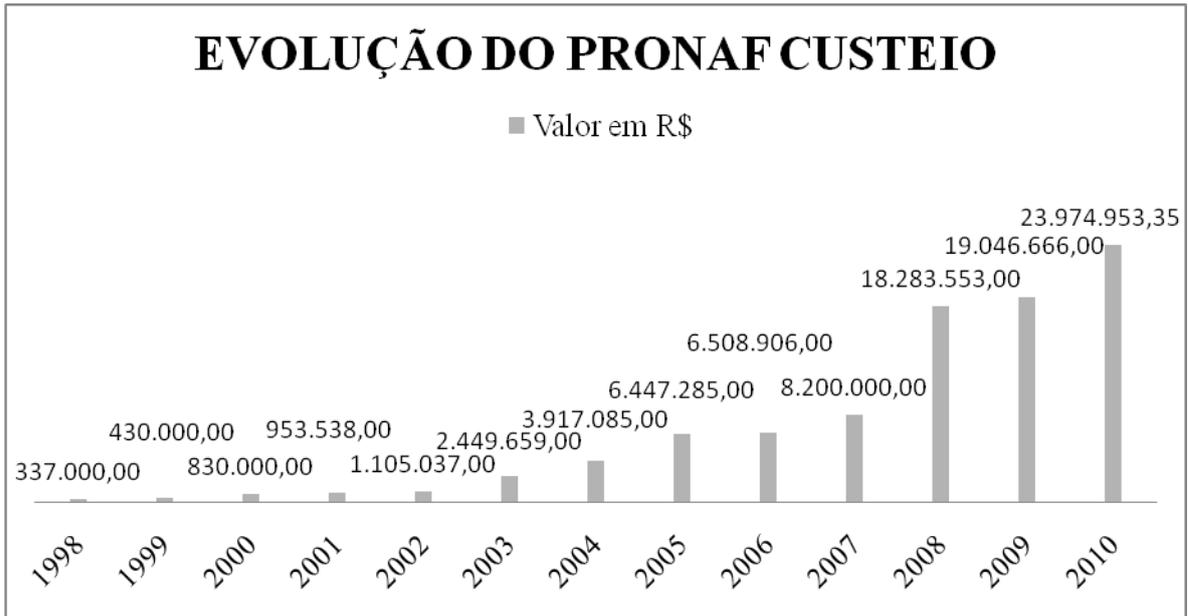


Figura 4 – Evolução do Pronaf Custeio difundido através da Cresol Constantina.

Fonte: Cresol Constantina, elaborado pelo autor (2011).

Analisando o Quadro 1, nos últimos três anos, as atividades que tiveram mais acesso ao Pronaf custeio, foram para as culturas de soja, milho e trigo. De modo mais específico em 2008 foi o milho a soja e o trigo respectivamente, mudando este cenário para 2009 e 2010, onde a soja passa a ter o maior número de contratos seguido do milho e trigo.

O número de contratos só foi computado a partir de 2008, por isso a análise desses dados será feita somente a partir desse ano.

**Quadro 1 – Número de Contratos e Valores das principais culturas acessadas através do Pronaf Custeio, o período de 2008 a 2010.**

Cultura/ Ano	Número de Contratos Acessados	Valor por Cultura R\$	Número de Contratos por ano	Valor Total por ano R\$
<b>2008</b>	Milho: 1191 Soja: 911 Trigo: 291	R\$ 8.095.401,50 R\$ 5.761.611,85 R\$ 2.533.716,20	2393	R\$ 16.390.729,55
<b>2009</b>	Milho: 937 Soja: 1009 Trigo: 197	R\$ 5.023.916,39 R\$ 6.421.856,37 R\$ 2.180.994,55	2143	R\$ 13.626.767,31
<b>2010</b>	Milho: 893 Soja: 932 Trigo: 257	R\$ 5.106.531,11 R\$ 6.774.811,78 R\$ 2.833.691,35	2082	R\$ 14.715.034,24
<b>Total por Cultura</b>	Milho: 3021 Soja: 2852 Trigo: 745	R\$ 18.225.849,00 R\$ 18.958.280,00 R\$ 7.548.402,00		

Fonte: Cresol Constantina, elaborado pelo autor (2011).

Estes resultados entre 2008 a 2010 são referentes a convênios com o BNDES, Banco SAFRA e BRADESCO. Também há liberações durante este período no valor de R\$

12.795.784,00 referente ao convênio com o BANCO do BRASIL, porém o sistema não diferencia para qual cultura é referente.

Em relação à variação em valor (R\$) liberado em cada ano, além do número de contratos que varia tem-se que observar a mudança no valor de plantio de cada cultura por hectares, esse valor é considerado na hora de assinatura do contrato.

Já ao que se refere ao Pronaf Investimento, a trabalha principalmente com as linhas de Pronaf Investimento com limites de R\$ 1.000,00 até R\$ 54.000,00 com juros de 1,5 até 4,5% ao ano e com o Pronaf Mais Alimentos, que possui limites de R\$ 10.000,00 até R\$ 130.000,00, com juros fixos de 2% ao ano. Também há a linha de crédito chamada de “Pré investimento” para adiantar os recurso de repasse do investimento a juros de 1,5% am.

No quadro abaixo (QUADRO 2) se observam os dados de números de contratos e valores referentes ao Pronaf investimento nos últimos três anos, onde se percebe uma diminuição em relação ao número de contratos entre 2009 e 2010, porém, com aumento em relação aos valores, resultando em um acréscimo de 10, 82% durante este período.

**Quadro 2 – Número de Contratos e Valores do Pronaf Investimento, no período de 2008 a 2010.**

<b>Ano</b>	<b>Número de Contratos Acessados</b>	<b>Valor Total Liberado R\$</b>
<b>2008</b>	590	R\$ 9.353.584,00
<b>2009</b>	646	R\$ 11.736.819,00
<b>2010</b>	450	R\$ 13.006.416,00
<b>Total</b>	1.686	R\$ 34.096.819,00

Fonte: Cresol Constantina, elaborado pelo autor (2011).

No Quadro 3, encontra-se uma relação dos itens mais acessados para o Pronaf Investimento, juntamente com alguns dados de valor, durante o período de 2008 a 2010. Sendo que em 2010 e 2009, em número de contratos o item mais acessado foi para a atividade leiteira, já em 2008 foi para a fruticultura em específico para produção de laranjas. Já quando analisados os valores, para os três anos, o item mais acessado foi para aquisição de tratores nacionais. Esses dados são referentes a todos os postos de atendimento da Cresol Constantina.

**Quadro 3 – Relação dos itens mais acessados no Pronaf investimento, valores e números de contrato, no período de 2008 a 2010.**

<b>Ano</b>	<b>Somatório do Valores Acessados</b>	<b>Itens</b>	<b>Número de Contratos</b>
<b>2010</b>	R\$ 515.302,00	Camionetas	17
	R\$ 6.021.923,00	Patrulha mecanizada - tratores nacionais	110
	R\$ 1.153.092,00	Máquinas e implementos - cultivo do solo	34
	R\$ 2.070.593,00	Bovinos - produção de leite (matrizes)	123
<b>2009</b>	R\$ 513.360,00	Camionetas	20
	R\$ 18.330,00	Laranja	6
	R\$ 811.952,00	Maquinas e implementos - cultivo do solo	39
	R\$ 1.199.009,00	Bovinos - produção de leite (matrizes)	107
	R\$ 1.295.068,00	Colheitadeiras automotrizes nacionais	26
	R\$ 2.996.222,00	Patrulha motorizada - tratores nacionais	70
<b>2008</b>	R\$ 743.292,00	Máquinas e implementos - cultivo do solo	37
	R\$ 743.930,00	Laranja	111
	R\$ 944.531,00	Bovinos - producao de leite (matrizes)	98
	R\$ 1.245.068,00	Colheitadeiras automotrizes nacionais	25
	R\$ 1.998.090,00	Patrulha motorizada - tratores nacionais	52

Fonte: Cresol Constantina, elaborado pelo autor (2011).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela forma que o Sistema Cresol iniciou e vem atuando a partir de seus compromissos, missão, princípios que orientam a atuação para um desenvolvimento rural sem perder de vista seus aspectos sociais e culturais, assume-se a postura de fomentadora desta classe, seja através da assistência ao crédito ou pelo próprio cooperativismo como instrumento diferenciador de possibilidades. Atrelados aos elementos econômicos e pela procura constante da inclusão da agricultura familiar, a CRESOL busca uma condição consolidada de desenvolvimento aos seus associados.

Assim, o cooperativismo é uma alternativa na organização da agricultura familiar e neste caso o cooperativismo de crédito rural (Cresol) tem desempenhado função primordial no seu trabalho com os agricultores familiares, seja a partir do repasse de recursos próprios ou públicos contribuindo para o desenvolvimento local e regional. Isto é afirmado através da inclusão social de milhares de famílias rurais no acesso ao crédito que estão investindo em suas propriedades e aumentando suas produções, obtendo desses processos melhores condições de vida na região abrangente da Cresol Constantina.

A Cresol Constantina demonstra sua importância como agente de desenvolvimento a partir do montante de recursos que injeta na economia regional, seja através de ações ou projetos próprios, de parcerias realizadas com outras instituições ou como colaboradora no acesso a programas nacionais. Estes recursos refletem um desenvolvimento através dos investimentos realizados pelos agricultores em suas propriedades, intermediados pela Cresol, na aquisição de máquinas, equipamentos, tecnologias, matrizes de potencial genético, habitação, entre outros.

Ademais, a agricultura familiar é dependente de políticas públicas para o desenvolvimento de suas atividades. Hoje dentro da CRESOL o PRONAF (custeio e investimento) é o recurso mais acessado pelos associados, pois possui subsídios e prazos satisfatórios. Nesse contexto a CRESOL atua como facilitadora no acesso ao crédito pelos agricultores familiares, contribuindo para que esses possam desenvolver suas atividades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de agronegócio**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BANCO Central do Brasil – BACEN. **Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar – Pronaf**. (s.d.) Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ>>. Acesso em: 13 jan. 2011.

BITTENCOURT, G. A.; **Abrindo a caixa preta**: o financiamento da agricultura familiar no Brasil. 2003. 222 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <[http://www.deser.org.br/biblioteca\\_read.asp?id=16](http://www.deser.org.br/biblioteca_read.asp?id=16)>. Acesso em: 2 jan. 2011.

COOPERATIVA de crédito rural com interação solidária- CRESOL CENTRAL SC/RS. **Apresentação**. (s. d.) Disponível em: <<http://www.cresolcentral.com.br/apresentacao.do>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

FIALHO, M. A. V.; WAQUIL, P. D. Desenvolvimento rural: concepções e referências para a proposição de políticas públicas de desenvolvimento nos territórios rurais. **Revista Extensão Rural**, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, Santa Maria, Ano XV, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/extensaorural/art6ed15.pdf>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

FLACH, A. A. B. O balanço social do cooperativismo de crédito do Sistema Cresol Central SC/RS. In: RISSON, C.; JÚNIOR, E. G.; PAULI, J. (Org). **Desenvolvimento, Democracia e Gestão do Crédito**: a agricultura familiar em debate. Passo Fundo: IMED, 2009. cap. 3, p. 277-315.

RIOS, G. L. **O que é cooperativismo**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

JUNIOR, E. G. Estudo comparativo de desempenho econômico, financeiro e social da Cresol Taió e da Cresol Witmarsum. In: RISSON, C.; JÚNIOR, E. G.; PAULI, J. (Org). **Desenvolvimento, Democracia e Gestão do Crédito**: a agricultura familiar em debate. Passo Fundo: IMED, 2009. cap. 3, p. 215-248.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v21/v21n3p379.pdf>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

ORGANIZAÇÃO das cooperativas brasileiras. **História**: nascimento de uma grande ideia. (s. d.) Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/historia.asp>>. Acesso em: 4 jan. 2011a.

ORGANIZAÇÃO das cooperativas brasileiras. **Ramos:** agropecuário, história. (s. d.) Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/historia.asp>>. Acesso em: 4 jan. 2011b.

ORGANIZAÇÃO das cooperativas brasileiras. **Cooperativismo:** forma ideal de organização. (s. d.) Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/index.asp>>. Acesso em: 4 jan. 2011c.

ORGANIZAÇÃO das cooperativas brasileiras. **Identidade:** valores humanos são a essência. (s. d.) Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/identidade.asp>>. Acesso em: 4 jan. 2011d.

ORGANIZAÇÃO das cooperativas brasileiras. **Ramos:** cooperativismo em toda parte. (s. d.) Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/ramos/index.asp>>. Acesso em: 6 jan. 2011e.

ORGANIZAÇÃO das cooperativas brasileiras. **Ramos:** agropecuário. (s. d.) Disponível em: <[http://www.ocb.org.br/site/ramos/agropecuário\\_conceito.asp](http://www.ocb.org.br/site/ramos/agropecuário_conceito.asp)>. Acesso em: 6 jan. 2011f.

ORGANIZAÇÃO das cooperativas brasileiras. **Números do cooperativismo.** 2009. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/servicos/biblioteca.asp?CodPastaPai=40>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

PAULI, J. Os desafios da Cresol na gestão do desenvolvimento rural e do cooperativismo de crédito. In: RISSON, C.; JÚNIOR, E. G.; PAULI, J. (Org). **Desenvolvimento, Democracia e Gestão do Crédito:** a agricultura familiar em debate. Passo Fundo: IMED, 2009. cap. 1, p. 21-59.

PEREIRA, V. S.; SILVA, A. W. B. Políticas públicas e desenvolvimento rural: o caso de São Thomé das Letras. In: CONGRESSO BRASILEIRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., Porto Alegre. **Anais...** SOBER, 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/751.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2011.

PIES, M. Desafios à agricultura familiar na construção de um desenvolvimento sustentável. In: CONTI, I. L.; PIES, M.; CECCONELLO, R. (Org.) **Agricultura familiar:** caminhos e transições. Passo Fundo: IFIBE, 2006. cap. 3, p. 101-129.

PINHEIRO, M. A. H. **Cooperativas de Crédito:** História da evolução normativa no Brasil. Pinheiro. – 6 ed. – Brasília: BCB, 2008. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro\\_cooperativas\\_credito.pdf](http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_cooperativas_credito.pdf)>. Acesso em: 6 jan. 2011.

PORTAL do cooperativismo de crédito. **História:** o nascimento do cooperativismo. (s. d.) Disponível em: <<http://www.cooperativismodecredito.com.br /HistoriaCooperativismo.php>>. Acesso em: 4 jan. 2011.

PROMPT, C.H.; BORELLA, L.L. Habitação Rural: uma ferramenta que muda a realidade na agricultura familiar. In: MAGRI, C.A. et al. **Cooperativismo de Crédito Solidário**: reflexões e boas práticas. Passo Fundo: IFIBE, 2010. cap. 2, p. 153-173.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RAMOS, P. Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento (rural). **Estudos Avançados**. São Paulo, v.15, n.43, p.141-156. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a12.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2011.

WAQUIL, P. D. Políticas agrícolas e agrárias: a experiência brasileira. In: ALMEIDA, J. (Org.) **Políticas públicas e desenvolvimento rural**: percepções e perspectivas no Brasil e em Moçambique. Porto Alegre: UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2009. cap. 9, p. 202-219.

## APÊNDICE

Roteiro da Entrevista Realizada com o Presidente da Cresol Constantina/RS.

1. Como iniciou a formação do Sistema Cresol Central SC/RS? Como se mobilizaram? Em que período?
2. Quais foram os motivos que levaram os agricultores em Constantina a se mobilizarem em busca de uma organização, originando posteriormente uma cooperativa? O que eles buscavam?
3. Quem foram estes pioneiros?
4. Quais os principais acontecimentos na história da Cresol Constantina que a caracterizam? Momentos que são relevantes ou importantes para se destacar?
5. Como está organizada a Cresol Constantina atualmente? Quantos municípios atende, qual é a área de abrangência, quantos postos de atendimento?
6. Qual é a sua visão em relação a agricultura familiar na área de abrangência da Cresol Constantina? O que a Cresol tem vivenciado sobre agricultura familiar, que a caracterize na região de abrangência da cooperativa?
7. Como é a situação atual da Cresol Constantina nos dias de hoje. Número de associados, fornecimento de crédito. Onde a Cresol Constantina mais atua diretamente e o que ela proporciona para seus associados?